

**EMENDA Nº - PLEN**

(ao PL nº 4.558, de 2020)

Incluem-se ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 4.558, de 2020, os § 3º e 4º com a seguinte redação:

**Art. 1º**.....

§3º Fica vedada a utilização de crédito recebido nos termos desta lei para fins de pagamento de bônus a diretores, para a distribuição de lucros e dividendos entre os sócios ou acionistas ou para a condução de programa de recompra de ações nas hipóteses autorizadas pelo art. 30 da Lei nº 6.404 de 1976.

§4º A vedação a que se refere o §3º não se aplica às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme definidas pela Lei Complementar nº 123 de 2006.

**JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é garantir que os recursos destinados, via linhas de créditos de instituições financeiras públicas, a estimular a economia brasileira, gerar empregos e renda não sejam utilizados para o pagamento de bônus a diretores, lucros e dividendos aos acionistas ou sócios das empresas tomadoras ou mesmo para programas de recompra de ações.

Pretende-se, assim, evitar que as necessárias medidas de estímulo econômico aprofundem, ao invés de reduzirem, as desigualdades econômicas e sociais no país. Este é um problema tornado evidente por relatório da ONG Oxfam – “*Quem Paga a Conta? Taxar a Riqueza para Enfrentar a Crise da Covid-19 na América Latina e Caribe*” – o qual mostrou que os bilionários latino-americanos enriqueceram, ao longo da crise causada pela pandemia, em mais de 48 bilhões de dólares, ou um terço do valor destinado aos pacotes de estímulo econômico na região.<sup>1</sup> A imposição de condicionantes a estes pacotes, como a restrição proposta por esta emenda, é uma das recomendações da Oxfam.

Não se pretende proibir integralmente a distribuição de lucros e dividendos, mas apenas garantir que a prioridade das empresas seja

<sup>1</sup> <https://www.oxfam.org.br/noticias/bilionarios-da-america-latina-e-do-caribe-aumentaram-fortuna-em-us-482-bilhoes-durante-a-pandemia-enquanto-maioria-da-populacao-perdeu-emprego-e-renda/>



manterem-se funcionando, gerando renda, emprego e receitas tributárias para o país. Tampouco pretende-se que estas restrições se apliquem às micro e pequenas empresas.

Historicamente, recursos destinados a minimizar os impactos de crises econômicas foram desviados para o pagamento de dividendos e lucros dos próprios acionistas e sócios, prejudicando seu objetivo precípua. Os erros da resposta global à crise econômica de 2008 não podem ser repetidos em 2020.<sup>2</sup>

De fato, a restrição ao pagamento de dividendos e à distribuição de lucro e à programas de recompra de ações por parte de empresas beneficiadas por pacotes de estímulo econômico se tornou uma prática comum em outros países respondendo à crise provocada pela Covid-19, como Estados Unidos<sup>3</sup>, França<sup>4</sup>, Alemanha<sup>5</sup> e Reino Unido<sup>6</sup>.

A presente emenda se inspira, em parte, na Emenda nº 104 apresentada pelo Dep. José Guimarães à Medida Provisória nº 958 de 2020, a qual foi acatada pelo Relator, o Dep. Rubens Bueno, tendo sido aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados e incluída no Projeto de Lei de Conversão nº 33 de 2020.

Por essas razões, peço apoio aos nobres pares para aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões,

**Senador FABIANO CONTARATO**  
(REDE/ES)

---

<sup>2</sup> <https://www.propublica.org/article/how-the-coronavirus-bailout-repeats-2008s-mistakes-huge-corporate-payoffs-with-little-accountability>

<sup>3</sup> <https://www.cnbc.com/2020/03/25/coronavirus-stimulus-draft-bill-puts-1-year-ban-on-buybacks-for-bailed-out-firms.html>

<sup>4</sup> <https://www.euractiv.com/section/economy-jobs/news/france-puts-dividends-payments-into-confinement-amid-covid-19-crisis/>

<sup>5</sup> <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-30/germany-asks-companies-to-suspend-dividends-for-coronavirus-aid>

<sup>6</sup> <https://www.financialdirector.co.uk/2020/04/06/stimulus-packages-outlined-by-the-uk-government-in-response-to-coronavirus/>